

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
	<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	
22   02   2017	15h	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 10ª  
(DÉCIMA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, membros da imprensa, demais assessores aqui presentes, na semana passada, nós falamos sobre o decreto que o Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, assinou referente à criação do bilhete único aqui no Distrito Federal, uma solução que vai ajudar muito a questão do sistema de transporte do Distrito Federal. Como eu enfatizei, foi uma promessa de campanha do então Senador e candidato a Governador Rodrigo Rollemberg, que

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 22   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h	<b>Sessão/Reunião</b> 10ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 2

colocou isso como uma das suas principais bandeiras na melhoria do transporte público do Distrito Federal.

Hoje, eu gostaria de dar mais detalhes do sistema que foi lançado, Deputado Bispo Renato Andrade, V.Exa. que foi Presidente da CPI do Transporte Público nesta Casa, e de como vai funcionar o Sistema de Bilhetagem Automática, que é a instalação do que nós chamamos Bilhete Único do Distrito Federal.

Essa instalação, Deputado Bispo Renato Andrade, Deputado Joe Valle, Presidente desta Casa, vai proporcionar o controle das gratuidades e dos benefícios tarifários por meio da biometria facial. A Secretaria de Mobilidade assumiu o compromisso de instalar a biometria facial em todos os ônibus, em 180 dias, com o objetivo de combater a fraude nas gratuidades.

Outra coisa que também vai ser colocada é a disponibilização dos horários dos ônibus em tempo real para todos os usuários. O novo Sistema de Bilhetagem Automática aperfeiçoará os processos de cadastro de usuários, emissão de cartões e créditos tarifários, distribuição, comercialização e validação de créditos tarifários.

O Sistema Inteligente de Transporte, por sua vez, será integrado por uma Central de Supervisão Operacional, uma Central de Vigilância e uma Central de Relacionamento com o Cliente, uma proposta extremamente inovadora, Deputado Wasny de Roure, porque vai tratar o passageiro não como beneficiário, mas sim como cliente do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.

Essa iniciativa inaugura uma era de mais tecnologia para o sistema de transporte público do Distrito Federal, lembrando que algumas dessas sugestões que estão sendo implementadas foram sugeridas e encaminhadas pela CPI do Transporte Público à Secretaria de Mobilidade e ao Governo do Distrito Federal.

Com a novidade, toda a frota que opera no Distrito Federal será dotada de rastreamento em tempo real via GPS. A partir do processamento dessas informações, será fornecida ao usuário em tempo real a localização do ônibus e ainda mais, Deputado Joe Valle, o tempo que demorará esse transporte a chegar àquela parada de ônibus.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Eu fico feliz porque apresentei um projeto de lei relativo ao GPS, mas foi vetado. Ainda bem que o Governador, mesmo vetando o meu projeto, achou que é importante incorporá-lo. Eu já fico feliz, mesmo não tendo sido votado. Agora é bom, porque a gente pode derrubá-lo logo aqui dentro do plenário. Pelo menos uma ideia minha o governo aceitou. Fico feliz da vida. Era isso.

Mas meus parabéns pela proposta apresentada. Eu acho que tudo aquilo que leva à melhoria da qualidade de vida da população, especialmente o transporte, para o qual a gente tem olhado com muito carinho, é muito importante. Quero dizer a

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 22   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h	<b>Sessão/Reunião</b> 10ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 3

V.Exa. que eu tenho mais treze projetos voltados para a área de mobilidade, que inclusive abrange o DFTrans e o Detran também. Depois eu até gostaria de... Isso aí é um projeto de lei, correto?

DEPUTADO DELMASSO – Não. Na realidade, Deputado Bispo Renato Andrade, foi um decreto que o Governador instaurou, criando um sistema de bilhetagem automática. Esse sistema de bilhetagem automática, que é o bilhete único, vai fazer toda essa integração.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ah, sim. Meus parabéns, então, para V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO – Obrigado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Quero aqui lembrar ao colega Líder do Governo que nós fizemos uma solicitação para que o governo permitisse a formação de um grupo de acompanhamento com as entidades da sociedade civil nesse trabalho de auditoria, para o qual foi contratada a FGV – Fundação Getúlio Vargas, para que eles possam saber o conteúdo do contrato, sentar para dialogar, ter alguns momentos de questionamento, como também de *feedback* por parte da empresa, porque, mais do que uma empresa preparada em auditoria, aqueles que vivem a realidade das dificuldades do transporte é uma auditoria ao vivo, não é auditoria de papel. Isso faz toda a diferença. É mais ou menos uma ideia que foi dada hoje pela manhã, a criação da Frente Popular de Defesa das Escolas Parques. É mais ou menos algo assim, para poder termos acesso a um debate com quem está fazendo esse levantamento.

A outra questão que eu queria levantar, Deputado Delmasso, ainda na área de transporte, é que nós precisamos ter um diálogo com a equipe do governo que faz o debate da formulação da tarifa técnica – como é calculada, não apenas a fórmula em si, mas a matriz de dados que serve para alimentar a fórmula de cálculo das tarifas técnicas, que são as tarifas que balizam a magnitude do subsídio aqui no Distrito Federal, arcado naturalmente pelo governo, já que é subsídio.

Então esses dois elementos são fundamentais para entender gradativamente a complexidade do sistema de transporte em Brasília.

DEPUTADO DELMASSO – Pode ter certeza, Deputado Wasny de Roure, de que vamos encaminhar sua solicitação para que essas propostas possam ser implementadas.

Dando continuidade à minha fala, Presidente Joe Valle, vou citar aqui mais uma vez, lembrando a quem talvez tenha chegado agora que o governo lançou o novo sistema de bilhetagem automática que implanta o bilhete único. Como eu falei anteriormente, em 180 dias, todos os ônibus vão estar, Deputado Wasny de Roure, já com o GPS implementado e, a partir do processamento dessas informações, será

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 22   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h	<b>Sessão/Reunião</b> 10ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 4

fornecida ao usuário em tempo real a localização dos ônibus. A grande parte da frota já possui GPS e agora vai ser integrada com a Central de Supervisão Operacional. O passageiro, que vai deixar de ser tratado como beneficiário e vai ser tratado como cliente, vai saber por onde essa rota vai passar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, eu pedi esse aparte para dizer a V.Exa. que, infelizmente, não há novidade nenhuma no que V.Exa. está falando. Essa bilhetagem eletrônica faz parte da licitação tão combatida aqui nesta Casa.

Mas, para ser justo, a bem da verdade, na realidade essa concepção vem do tempo do ex-Secretário de transporte coletivo José Geraldo Maciel. Eu me lembro, Deputado Wasny de Roure, de um seminário que eu promovi pela Câmara Legislativa, eu então Deputado Distrital lá no prédio antigo da Câmara, e o Secretário de Transporte, que, diga-se de passagem, é um homem que entende efetivamente de transporte, apresentou o plano completo. E tudo depois foi seguido por outros governos. Portanto, a licitação feita pelo Governador Agnelo Queiroz se situava dentro do plano debatido naquele tempo. Inclusive, com a participação dos rodoviários. Portanto, esse decreto do Governador não é necessário, porque está dentro da licitação. Era só operacionalizá-lo.

Eu estou me questionando é por que os ônibus ainda não têm GPS. Porque está no contrato, Deputado Bispo Renato Andrade. Está no contrato da execução do sistema licitado que tem de ter GPS nos ônibus, bem como o bilhete integrado. Faz parte do contrato de licitação – e isso, infelizmente, está incluído na remuneração. Portanto há dois anos que eles estão recebendo sem prestar os serviços. Isso é que é grave! Ficaram dois anos recebendo por um serviço que não prestaram. E agora não dá para o governo apresentar como festa o cumprimento de algo que deveria ter sido cumprido dois anos atrás.

DEPUTADO DELMASSO – Agradeço o aparte de V.Exa. Contudo, a grande novidade que existe aqui não é a integração, porque ela está dentro do contrato, mas é o que a gente chama de integração do bilhete único. E quero dizer aqui... Deputado Agaciel Maia, em seguida vou conceder um aparte à V.Exa., para que eu possa concluir o meu discurso. Pela primeira vez nesta Casa, no decorrer desses três anos, é a primeira vez que um Líder do Governo é tão aparteado em seus discursos. Então, estamos inaugurando uma nova era nesse ponto. Ainda mais com Deputados de Oposição trazendo diversas sugestões para melhorias. Eu acho que isso é importante, e nós estamos evoluindo.

O que eu quero deixar claro é que a novidade está na comercialização dos bilhetes de créditos das viagens, que agora passará a ser realizada pelas próprias empresas, e vão se abrir maiores pontos para a venda desses bilhetes. Assim como acontece na cidade de Goiânia. Só para vocês terem ideia, hoje no Distrito Federal

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 22   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h	<b>Sessão/Reunião</b> 10ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 5

existem no máximo vinte pontos para a compra de passagens. Na cidade de Goiânia, existem 2.850 pontos de comercialização de passagem via bilhete único. Outra coisa, as empresas terão total responsabilidade na implantação do centro de supervisão operacional em parceria com o Poder Público. Com a implantação de novas soluções tecnológicas, será possível a ampliação do combate à fraude no uso de cartão de gratuidade e benefícios através da implantação do reconhecimento dos passageiros.

A partir da biometria facial, Deputado Chico Vigilante, que esta, sim, é uma novidade, coibirá a utilização desses cartões por usuários que não têm direito a esse benefício. A novidade está aqui, no combate à fraude, no reconhecimento de quem utiliza a gratuidade.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, eu quero parabenizar V.Exa. pelo seu pronunciamento. Mas como sempre no Brasil as pessoas gostam de complicar as políticas públicas, seja de que área for e em qualquer lugar. Eu vou dar o exemplo da educação. Nos estados desenvolvidos, a criança tem direito à creche integral. Quando o pai e a mãe voltam do trabalho pegam na escola. Quando completa 14 anos, o garoto tem de fazer uma formação, uma qualificação profissional, tem de estudar em um horário e no outro aprender uma profissão. Quando completa 18 anos, já é um profissional, porque, durante quatro anos, fez uma qualificação profissional. Então automaticamente estará inserido no mercado.

A política de mobilidade, que é esse nome bonito de transporte, também é simples de se resolver. Mas se cria uma série de mecanismos, uma coisa bem complicada para o governo e também para o usuário entenderem. E a gente não sabe por que se complica tanto.

Ora! Todos nós sabemos onde começam as linhas de ônibus e onde terminam. Qualquer levantamento, qualquer censo, vai determinar qual a frequência pela quantidade de passageiros. Faz-se uma tabela de frequência. O Dr. Wasny de Roure conhece muito bem, nosso Deputado, e é só definir no edital se é de meia em meia hora, se é de quinze em quinze minutos que aqueles ônibus têm de sair do Itapoã e chegar à Rodoviária. Tanto eles têm que estar saindo de lá, quanto têm horário de chegada. As empresas sabem disso, o problema é que o usuário não sabe e, às vezes, o governo também não. Teria que ser feito um edital, de maneira tão detalhada e analítica, que permitisse ao DFtrans fiscalizar, para saber se saiu do Itapoã às 8h15min e chegou à Rodoviária às 8h50min; se saiu outro às 8h35min e chegou às 9h e pouco à Rodoviária.

Isso tem que ser detalhado, é uma coisa que tem que ser feita, mas os editais são feitos por bacias, um nome diferente, em vez de se detalhar a quantidade de linhas, o percurso das linhas e a frequência com que esses ônibus saem e chegam ao seu destino. Todos nós sabemos que isso é uma realidade.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>			
<b>Data</b>		<b>Horário Início</b>		<b>Sessão/Reunião</b>		<b>Página</b>	
22   02   2017		15h		10ª SESSÃO ORDINÁRIA		6	

Temos que definir, numa licitação de ônibus, a bilhetagem simples: quem entra, paga. Não temos que complicar, estabelecer por quilômetro rodado, como se a gente não soubesse a distância exata, em quilômetros, da Rodoviária para o Gama, e vice-versa. Com uma série de elementos, criam vários conceitos complicados exatamente para colocar uma nuvem, e as pessoas não conseguem entender. O que fica claro é que o governo se responsabiliza, quando aumenta a passagem, porque mexe no bolso do trabalhador. Quando mexe no bolso do trabalhador, todo mundo pula, e com razão.

Ora, nós sabemos que as gratuidades custaram para o governo, ano passado, incluindo metrô, 740 milhões de reais. Qual é a causa/efeito disso? Primeiro, teria que se estabelecer. Nós sabemos que há gente que pega dezesseis ônibus por dia. Foi pego um caminhão carregado de validadores, aquelas maquininhas que ficam passando e dizendo que o cara andou sem ninguém ter andado, é o passageiro fantasma. Há aquele que tem o seu cartão, e fica passando ali, ninguém sabe se é de necessidades especiais. Passou na televisão esses dias: o sujeito passa cinco, seis pessoas lá na máquina.

A solução é simples: estabelecer um edital com os percursos e os horários que os ônibus têm que sair e chegar. Estabelecer essa biometria facial, mas para as empresas pagarem, não para o governo pagar. O sujeito vai ser identificado igual na Nasa. Bota o rosto lá e o sujeito diz: é você; ou não, não é você.

Outra: todas as críticas recebidas pelo governo são da Câmara Legislativa, que inclusive reuniu-se no feriado para cancelar um decreto, sabendo que era competência do governo. Eu não vim, e saí nas redes sociais como traidor do povo – eu, a Deputada Telma Rufino e mais uns quatro ou cinco. Uns não vieram porque não puderam vir, outros não vieram porque sabiam que era competência do governo e ia ser uma coisa que não teria eficácia, porque normalmente o Tribunal de Justiça iria considerar isso uma decisão inconstitucional.

Então, o que acontece? Simples. Se reduzirmos... O governo, quando viu os 740 milhões com as gratuidades, disse: eu não tenho outra saída. Reajusto as passagens, e esse valor que eu tenho que repassar para 500 milhões ou 400 milhões diminui. A outra saída seria estancar essa hemorragia que são as gratuidades, as quais são dadas a pessoas que não precisam da gratuidade. A outra face são as fraudes que existem. Assim, nós temos aí, dos 740 milhões, pelo menos uns 350 milhões entre fraudes e gratuidades que não existem.

O Governador deveria fazer um projeto para a Câmara, já que a Câmara é o principal algoz do governo na política de mobilidade, e dizer: Srs. Deputados, está aqui um projeto com a minuta de um edital para que vocês possam aperfeiçoar, se for necessário. Estamos acabando com a gratuidade e serão os Deputados Distritais que definirão quem realmente merece ou não a gratuidade.

Nesse edital é prevista a biometria facial pelas empresas, e essa economia de 350 milhões permitiria ao governo reduzir o preço da passagem de R\$5,00 (cinco

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 22   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h	<b>Sessão/Reunião</b> 10ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 7

reais) para R\$1,90 (um real e noventa centavos). Era o auge! O governo tiraria as críticas que hoje recebe da Câmara e ficaria muito bem com a população, já que hoje quem paga R\$5,00 (cinco reais) está pagando esses caras que estão fraudando. Quem paga R\$5,00 (cinco reais) no ônibus está pagando o sujeito que não merece a gratuidade, porque são alunos ricos. Então, o trabalhador suado que tem que tirar os R\$5,00 (cinco reais) para ir e voltar está custeando isso. Ele está custeando a fraude, e também gente que não merece a gratuidade.

Ora, é simples. A solução está aí, é simples. A população ficaria feliz, o governo reconquistaria o respeito de todos, tiraria da teta esses que estão fraudando o sistema, e principalmente desafogaria o trabalhador, seja a empregada doméstica, seja o comerciante que tem que meter a mão no bolso e tirar R\$5,00 (cinco reais) para entrar nos ônibus e sair.

É bonito. Todo esse conceito de integração é bonito. Já vem de longo tempo, o Deputado Chico Vigilante tem razão. Essa coisa de ônibus com combustível biodegradável, essas coisas, tudo é sofisticado. Mas a solução simples, que seria mais ônibus passando na parada e a redução da passagem de R\$5,00 (cinco reais) para R\$1,90 (um real e noventa centavos), essa decisão é que é a complicada.

DEPUTADO DELMASSO – Agradeço o aparte do Deputado Agaciel Maia.

Apenas para concluir o pensamento, quero destacar quais são as principais entregas dos dois sistemas que foram criados por esse decreto. Foi o sistema de bilhetagem automática, que estabelece o bilhete único, e o sistema integrado de transporte. No bilhete único, a principal entrega vai ser, primeiro, uma nova família de cartões, e depois a integração com todos os modais de transporte, seja metrô, ônibus ou bicicletas compartilhadas. Inclusive avança um estudo, Deputado Cláudio Abrantes, a respeito de o próprio cartão da mobilidade ser utilizado também com os taxistas.

Outra novidade é emissão, distribuição, comercialização e validação de cartões de crédito tarifários, com a criação de uma rede pulverizada de comercialização de créditos tarifários, ou seja, de pontos de venda de passes – para deixar claro – nos terminais e estações do BRT, do Metrô, nos comércios, por aplicativo nos *smartphones*, pela internet e por ATM. Em 180 dias a Secretaria de Mobilidade estará integrando tudo.

Outra entrega que será feita é a biometria facial, como foi colocado aqui, para combater a fraude. Ela vai controlar a gratuidade e os benefícios. Essa implantação da tecnologia vai ser embarcada, ou seja, em cada ônibus haverá um sistema de câmeras conectadas aos validadores, o cadastro de usuários e o processo de verificação de compatibilização das imagens.

No sistema integrado de transporte, vai ser colocado o rastreamento e o monitoramento por toda a frota via GPS. Deputado Cláudio Abrantes, V.Exa. é um Deputado que defende a ciência e a tecnologia nessa cidade e tem um trabalho fantástico à frente da ciência e tecnologia. Nós vamos ter a disponibilização dos

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 22   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h	<b>Sessão/Reunião</b> 10ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 8

horários de ônibus em tempo real, e o trajeto que essa linha vai percorrer, como disse o Deputado Agaciel Maia, do ponto de partida ao ponto de chegada. Serão disponibilizadas mais informações aos usuários, que vão deixar de serem tratados como beneficiários, Deputada Telma Rufino, e passarão a ser clientes do sistema.

Enfim, o benefício desse sistema é a integração entre todos os modais de transporte. Deputado Agaciel Maia, Deputado Chico Vigilante, o que eu quero dizer a V.Exas. é que o bilhete único não vai servir apenas para ônibus e metrô. Vai servir para todos os modais de transporte que estão sendo gerenciados pela Secretaria de Mobilidade. Mais locais de comercialização; mais tecnologia para compra dos créditos e bilhetes; mais informações disponíveis à população; um canal de atendimento ao usuário; maior segurança para usuários e rodoviários; combate à fraude; e melhor qualidade dos serviços prestados.

Acredito que, com a implementação desse sistema, o governo poderá, sim, fazer uma discussão sobre a redução da tarifa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Nobre Deputado Delmasso, quero parabenizar V.Exa. por estar exercendo muito bem o seu papel de Líder do Governo, ao trazer dados concretos sobre as ações que, apartadas quaisquer paixões, merecem, sim, reconhecimento.

São importantes todos esses sistemas, essas entregas que estão sendo feitas à mobilidade. Contudo, como colocou aqui muito bem o Deputado Chico Vigilante, elas vêm de forma tardia – infelizmente. Vêm também, no meu entendimento, *data venia*, meu querido amigo, de maneira equivocada.

Recentemente uma auditoria apontou, por exemplo, que o BRT – Bus Rapid Transit simplesmente não existe. O Deputado Prof. Reginaldo está pedindo para eu repetir, mas não dá. Já queimei toda a minha cota de inglês. Ok, vou repetir aqui, sou papagaio de pirata do Deputado Wasny: Bus Rapid Transit, o famoso BRT. Brincadeiras à parte, ele não existe. O que nós temos hoje é meramente um corredor exclusivo para ônibus. O sistema em que existe a concepção do BRT não foi implantado por este governo, não há integração, não há linhas para alimentação do tronco principal, que é o BRT, as estações estão perdidas. Agora V.Exa. traz uma boa notícia, o monitoramento por GPS, que, inclusive, está no contrato.

Então, essas ações, no meu entendimento, são tardias. São tardias, se levarmos em consideração o principal debate que esta Casa fez neste ano, que foi sobre o reajuste nas passagens.

Em relação a esses reajustes, muita gente – e me permito discordar – coloca como grande vilã a gratuidade. Não concordo! A gratuidade não é um gasto, como diz o nobre Deputado Prof. Israel. Não é um gasto, é um investimento do governo! Perdoe-me V.Exa. por eu usar a exclamação, Deputado Prof. Israel. É um

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 22   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h	<b>Sessão/Reunião</b> 10ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 9

investimento do governo para propiciar ao aluno a ida à escola, ao CIL – Centro Interescolar de Línguas, à aula de inglês!

Também discordo dessa tese de que em escola particular só tem aluno rico. Em relação aos alunos de classe média, quantos e quantos pais de família estrangulam todo o orçamento para colocar o filho na escola particular. Se a gratuidade desse filho for tirada, além de haver mais um peso no orçamento, haverá uma repercussão no mercado – isso tem que ser reconhecido – porque o Ensino privado gera emprego. Então, quanto à gratuidade, devem ser coibidos, sim, os excessos, mas não se pode colocar sobre ela todo esse peso, todo esse peso que está sendo colocado.

Nós temos situações que poderiam ter sido resolvidas pelo governo anteriormente. Eu digo isso com tranquilidade, porque, quando o Deputado Agaciel fala de horários, quando fala que poderia ser lançado um edital para que se saibam os horários de chegada e de partida, isso tem que ser mudado mesmo, Deputado Delmasso, porque hoje, no contrato das empresas, não há sequer uma multa em pecúnia para isso. A empresa atrasa o ônibus, não cumpre o itinerário, faz o que quer e sobre ela não recai um centavo de multa pecuniária. Isso é um absurdo! Um sistema desse – o Deputado Agaciel tem razão – não pode ser implantado com nem um centavo de dinheiro público, ele tem que ser implantado com dinheiro das empresas.

A Casa tem que perceber, quando faz o debate e tira o PDL de V.Exa., por mais que tenha sido reconhecido como inconstitucional no TJ, que nunca houve na história da Câmara Legislativa um protagonismo tão grande como o que houve no debate desse tema. Houve também uma oposição clara a uma posição do governo sobre os reajustes. Todo esse embasamento que levantamos no grupo de trabalho, nos debates aqui da Casa serve hoje para inúmeras ações públicas para derrubar o reajuste. Inclusive, o próprio Ministério Público usa os nossos argumentos para derrubar esse reajuste.

Então, não vou me estender mais. Vou apenas colocar mais uma coisa, nobre Deputado Delmasso. Todas essas questões de combate à fraude vão repercutir em menos gasto do governo. Eu espero sinceramente, Deputado Delmasso, que essa economia que o governo vai fazer se reverta em redução desse maldito reajuste que foi colocado sobre as costas dos trabalhadores, das trabalhadoras e de toda a população do Distrito Federal.

Muito obrigado pelo aparte e parabéns pela firmeza na defesa do governo.

DEPUTADO DELMASSO – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Para concluir, concordo, Deputado Cláudio Abrantes, que para melhorar o sistema de transporte público no Distrito Federal é preciso avançar muito, e aqui eu quero citar um modal de transporte em que é necessário que haja investimento: o Metrô.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 22   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h	<b>Sessão/Reunião</b> 10ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 10

O Metrô do Distrito Federal pode, sim, Deputado Cláudio Abrantes, fazer uma ligação. Por que não sonharmos com um Metrô que sai de Santa Maria, passa pelo Gama, entre Riacho Fundo I e Riacho Fundo II, e faça integração com Samambaia na Estação de Furnas? Por que não – justamente, Deputado Lira – sair o metrô de São Sebastião e fazer a integração com a Estação da Rodoviária? Por que não, Deputado Cláudio Abrantes, sonhar com o metrô saindo de Planaltina, passando por Sobradinho e fazendo integração na Estação da Asa Norte? Muitas pessoas podem dizer: mas a instalação do Metrô em Planaltina passando por Sobradinho é muito cara, porque você precisa transpassar um conjunto grande de rochas. Bem, nós conhecemos metrôs no mundo inteiro que transpassam rochas muito maiores do que aquelas que dividem o Plano Piloto de Sobradinho e Planaltina. Um exemplo é a cidade de São Paulo, onde existem, salvo engano, seis linhas diferentes de metrôs.

O metrô, sim, na minha avaliação, é uma saída para o transporte de longa distância, mas nós não podemos nos furtar de reconhecer os avanços explícitos nesse decreto podem melhorar a mobilidade, é o primeiro passo para a melhoria na qualidade do transporte público no Distrito Federal. Era o que eu tinha a dizer aos presentes.

Obrigado, Sra. Presidente, pela compreensão ao deixar o espaço aberto para o debate.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu gostaria de saber se está confirmado para hoje, à tarde, o processo de eleição das Comissões? Estou perguntando por que o dia e o horário correm. É só para termos uma noção se vai ocorrer hoje ou não a eleição.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ah, está confirmado. Então, estou a postos, Sra. Presidenta, pois, quanto mais rápido melhor.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Se dependesse de mim, Deputado Wasny de Roure, já teríamos feito antes das eleições para Presidente da Casa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Está bom, Deputada Telma Rufino.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Mas não depende de mim. V.Exa. sabe.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 22   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h	<b>Sessão/Reunião</b> 10ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 11

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu quero trazer uma informação que é importante porque ela afeta a população como um todo. Nós temos recebido milhares de *e-mails* perguntando sobre esse projeto de lei, perguntando sobre esse veto.

Nós fizemos um projeto de lei que redefinia as rodovias do Distrito Federal. Porque, quando fazemos uma lei, temos que entender qual foi a missão e a função da lei quando o legislador a preparou. E nós entendemos que, quando a Lei dos Faróis, que é uma lei nacional, foi criada, a intenção era proteger aquele motorista que pega as rodovias do Brasil e não tornar essa lei uma fábrica de multas. E foi isso, infelizmente, Deputada Telma Rufino, que aconteceu aqui no Distrito Federal.

As rodovias públicas do Distrito Federal foram criadas por decreto. Então, as rodovias dentro do Distrito Federal são inúmeras: o Lago Norte tem rodovia; o Lago Sul tem rodovia; em quase todas as cidades, nós temos rodovias. Nós tivemos, no primeiro mês, quase 30 mil multas, o que entendemos ser muito injusto com a população do Distrito Federal.

Nós requalificamos essas rodovias, conseguimos fazer um projeto de lei que requalificava essas rodovias. Houve uma ação na Justiça, e o nosso projeto de lei foi usado como argumento, inclusive, para que a liminar fosse concedida. A liminar foi concedida e as multas estão suspensas no Distrito Federal, graças a essa liminar que está vigente.

Hoje eu tive a oportunidade de receber também os servidores do DER. Nós temos 1.200 servidores do DER que têm preocupação também com a requalificação das rodovias. Queremos discutir isso para sabermos qual seria, realmente, a forma de não prejudicar o servidor, mas também de não prejudicar a população do Distrito Federal, que tem sido extremamente penalizada, porque é uma rodovia que tem qualificação de urbana.

Então, talvez seja o momento de repensarmos isso, de discutirmos isso, para que possamos ou apreciar o nosso veto ou criar alguma comissão para discutir isso em âmbito nacional, talvez discutir se uma resolução do Contran também poderia dar o ajuste necessário a essa lei, que não foi devidamente regulamentada e que está suspensa em vários estados por conta também dessa característica urbana de rodovias que passam por dentro de capitais.

Então, eu queria deixar esse registro, porque há muita falta de informação por parte da população, mas queremos trazer essa informação.

Ficamos muito tristes em ver como o GDF trata o contribuinte, porque o contribuinte, as 30 mil pessoas que foram penalizadas, eu acredito que até nem teriam condição de serem multadas, porque essas rodovias foram criadas por decreto. Se elas entrassem na Justiça contra isso, conseguiriam anular essas multas. Essas rodovias teriam que ter sido criadas por lei e não por decreto.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 22   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h	<b>Sessão/Reunião</b> 10ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 12

Então, estamos também fazendo uma representação nesse sentido, para anular as multas que foram arbitradas à população do Distrito Federal, mas queremos discutir isso com profundidade.

É uma pena que, novamente, o GDF vete sem conversar com esta Casa para discutir uma saída para a população e não onerar realmente mais o bolso do contribuinte.

Era isso, Sr. Presidente.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de propor que fosse incluído na pauta de hoje o PR nº 36, de 2016 – PR em homenagem ao Deputado Agaciel Maia e ao Deputado Bispo Renato Andrade futuramente –, que “denomina Lindberg Aziz Cury o auditório do edifício-sede da Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, falo só para fazer coro às palavras da Deputada Celina Leão, que apresentou um PL que requalifica as rodovias do Distrito Federal.

Se o PL não avançar, Deputada, aí, sim, eu proponho que V.Exa. apresente – e eu tenho certeza de que a maior parte dos Deputados estará de acordo – um PDL que suste o decreto do Poder Executivo. Via de regra, mecanismo de PDL para sustar, eu até sou contra, mas, nesse caso, V.Exa. terá o meu total apoio.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria aproveitar este momento – eu não farei uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares – para registrar que, nesse final de semana, no sábado, aconteceu a 48ª Corrida de Reis, promovida pela Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer. Foi um sucesso. Mais de 23 mil pessoas estiveram nesse grande evento promovido pela Secretaria. Quero aqui parabenizar a Secretária Leila Gomes de Barros Rego, pelo trabalho que ela vem fazendo à frente da Secretaria.

Quero aproveitar também para parabenizar o Governo do Distrito Federal, que, nesse final de semana, lá no Riacho Fundo II, fez a entrega de quase 990

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 22   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h	<b>Sessão/Reunião</b> 10ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 13

escrituras para os moradores daquela localidade. É importante ressaltar que, nesse período de quase dois anos, já foram entregues aproximadamente 26 mil escrituras em todo o Distrito Federal. A meta do governo é de, até o final dos quatro anos, entregar 63 mil escrituras. Então, quero parabenizar, porque a cidade do Riacho Fundo II teve essa grande vitória de quase mil escrituras terem sido entregues nesse final de semana. Quero parabenizar o Presidente da Codhab, Gilson Paranhos, e também o da Segeth, Thiago Teixeira de Andrade, pelo trabalho realizado e, sem dúvida alguma, o Governador Rodrigo Rollemberg, que tem permitido que essa Secretaria venha a regularizar os imóveis do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria que V.Exa. repetisse aí... Eu não sei quem é o autor da proposição que dá o nome do plenário da Câmara Legislativa ao falecido Lindberg Aziz Cury.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Não é o plenário, não.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Do auditório, perdão. Minha observação sobre isso é: por que não homenagear um ex-Deputado Distrital, como, por exemplo, Jorge Cauhy, Padre Jonas ou até mesmo outro Deputado Distrital que já não se encontra mais entre nós? A Câmara Legislativa tem que homenagear, acredito eu, os seus pares, as pessoas que já passaram por aqui. Tenho todo o respeito pelo Lindberg Aziz Cury, mas acho que, em todas as dependências da Casa, o que tiver que ser homenageado, que seja com alguém que já tenha passado pela Câmara Legislativa. Nada contra a pessoa do Lindberg Aziz Cury. É só essa observação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, na verdade, as questões de ordem que estão sendo levantadas são todas questões de ordem que cabem dentro do Pequeno Expediente, dos Comunicados de Parlamentares. Portanto, não houve nenhuma questão de ordem até então. Peço a V.Exa. que dê início aos Comunicados de Parlamentares e verifique quem quer falar. Quem quiser fale, e quem não quiser se cale. Porque o Deputado Joe Valle, Presidente desta Casa, neste momento, dizia que, terminados os Comunicados de Parlamentares, iria chamar todos os Deputados para uma reunião ali para voltarmos e procedermos à votação. E nós estamos aqui para votar.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – V.Exa. não pede, V.Exa. continua mandando. Espera aí só um minuto que já vou fazer o que V.Exa. pediu. (Risos.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 22   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h	<b>Sessão/Reunião</b> 10ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 14

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Juarezão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem estive lá na Boa Vista, na região da Fercal, Deputada Celina Leão, em uma reunião, com aproximadamente quinhentas pessoas, que foi fruto de uma ação que a Agefis fez naquela comunidade, na sexta-feira, quando foram derrubadas oito casas. Casas de pessoas pobres e que ficaram ao relento. E o que é pior, deixou um clima terrível nas comunidades da Fercal. Todo mundo muito apreensivo, porque, além de chegarem lá de forma irregular, autoritária, desumana e derrubarem oito residências, ainda disseram que, depois do Carnaval, voltariam para novas derrubadas, Deputado Raimundo Ribeiro. Mais 52!

A saga da Agefis não acaba! Ela não para de derrubar casas, principalmente casas de pessoas pobres. O governo não tem uma política habitacional e não resolve o problema da população mais carente em nossa cidade. Além disso, coloca a Agefis e todo o aparato do Estado, inclusive com muita polícia militar. Enfim, sem assistência nenhuma... Chega lá, de forma sorrateira, e joga oito famílias ao relento, no meio da rua, com a desculpa de que é edificação nova.

A Fercal é uma área rural, Deputado Bispo Renato Andrade. A maioria das áreas, inclusive, são privadas, de famílias que chegaram lá há muitos anos e passaram as casas de herdeiro para herdeiro e que acabam por não ter opção de

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 22   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h	<b>Sessão/Reunião</b> 10ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 15

morar. O cara que tem aquela área rural ali permite que o filho ou algum parente, algum sobrinho vá lá e construa uma casa, e assim vai.

Infelizmente, eu vi aquela comunidade ontem completamente apavorada. Tinha gente sem dormir desde sexta-feira. A administradora da cidade esteve lá, disse que a Agefis garantiu que não vai ter mais derrubada nos próximos dias, mas não dá para confiar, não é? Então, eu queria chamar a atenção de todos os Deputados aqui. Eu não poderia deixar de falar hoje sobre isso, porque fiquei extremamente apreensivo. São pessoas pobres. É uma comunidade carente que já não tem saúde de qualidade, não tem transporte, tem uma educação precária e, como se não bastasse isso, está lá a Agefis tirando o sossego dessas pessoas.

Então, eu queria chamar a atenção do Líder do Governo aqui. Ontem, liguei para o Governador na hora em que eu estava indo para lá. Os assessores já tinham dito que o clima era terrível, e o Governador falou que realmente a Bruna garantiu que não vai fazer ação lá. Mas a gente já sabe como é a Bruna; ela não cumpre o que fala.

Fica aqui a minha solidariedade àquelas famílias, àquela comunidade. Estive lá e vi a situação. Levamos o nosso alento, levamos a fala aqui da Câmara, a solidariedade de todos os Deputados, mas temos que ficar espertos. É preciso que o Governador faça alguma coisa! A Agefis, além da truculência, apega-se agora a uma lei que diz que não precisa notificar ninguém. Vai lá, passa o trator em cima e as pessoas que se virem. Isso está errado, e a gente precisa mudar essa situação nos próximos dias. A gente precisa acabar com essa saga, com essa loucura de saírem derrubando casas aqui no Distrito Federal.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Ricardo Vale, primeiramente eu gostaria de parabenizar V.Exa. por ontem ter ido à Fercal e oferecido o seu mandato para ajudar as pessoas nessa angústia.

Em segundo lugar, acho que é hora – e é importante que a gente faça este debate aqui, Deputado Ricardo Vale – de o Governador do Distrito Federal entender o seu verdadeiro papel, que não é sair por aí punindo ou reprimindo a população. Ele não consegue entender que é empregado da população. Ainda não fui à Fercal, acabei de conversar com V.Exa., mas irei até lá nesta semana ainda. Sei que lá nós temos pessoas que possuem propriedades privadas. Naturalmente, isso não é questão de legalidade ou ilegalidade. Os filhos vão crescendo e se constrói uma casinha lá no fundo do terreno. Isso é natural; não é ilegal, não. Agora, infelizmente, o Governador, não se sabe o porquê, finge que não manda na Agefis. Eu não culpo, em momento algum, a Dra. Bruna, não, porque ela é mero preposto do Governador. Este é o governo da destruição. Se formos olhar, Deputado Ricardo Vale, quantas famílias, hoje, estão sem teto por essa ação deletéria deste governo... Aqui, eu não

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 22   02   2017	<b>Horário Início</b> 15h	<b>Sessão/Reunião</b> 10ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 16

estou discutindo legalidade. Sabe por que muitas coisas em Brasília são irregulares? Porque o governo não tem a coragem de regularizá-las.

Eu me lembro, Deputado Wasny de Roure, quando tínhamos aqui em Brasília, em 2007, um grupo de profissionais que sustentava suas famílias com o suor do seu trabalho: os quiosqueiros. Todo mundo dizia que era irregular, e era porque nenhum governo teve a coragem de regularizar. Aí, nós regularizamos, e não houve nenhum problema. Ao contrário!

O que o governo precisa saber é, primeiro, qual o verdadeiro papel dele. O papel do governo não é sair apenas em uma fiscalizatória, não; é resolver os problemas. Quem não conhece a história de Brasília não deve se lembrar de que aqui nem o Palácio do Planalto é regular! Nem os palácios são! Ou alguém se esquece de que, em 1990, quando o então Presidente Collor quis vender os imóveis funcionais, esses apartamentos na Asa Sul e Asa Norte nem carta de habite-se tinham, Deputado Wasny de Roure, e mesmo assim foram vendidos? Quer dizer, se houver boa vontade, se o governo quiser, ele regulariza, ao invés de sair atemorizando as pessoas e jogando-as ao relento.

Solicitei esse pronunciamento apenas para me solidarizar com V.Exa., parabenizá-lo e dizer que, se nosso mandato puder ser útil nessa causa, estaremos prontos para somar. Obrigado.

DEPUTADO RICARDO VALE – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro. Como percebemos em todas as cidades do Distrito Federal essa angústia, essa preocupação com a informação de que a Agefis, após o carnaval, vai fazer uma ação muito grande em todas as áreas, eu gostaria que assinássemos, todos os Deputados, uma convocação, para que a Sra. Bruna venha nos explicar como vai ser este mês de março. Estão dizendo que a Agefis irá demolir uma série de edificações, uma série de casas aqui no Distrito Federal. Fica aí essa ideia de convocarmos a Bruna, logo após o carnaval, para ela nos explicar como será essa grande ação de demolição, de destruição de casas, principalmente das pessoas pobres aqui no Distrito Federal.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Agradeço, Deputado Ricardo Vale.

Dando continuidade ao Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só pedir aos Deputados que possamos agilizar e encerrar os Comunicados de Parlamentares e passar para o processo de eleição.

Obrigado, Sr. Presidente.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   02   2017	15h	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Encerrados os Comunicados de Parlamentares.

A Presidência vai suspender os trabalhos durante trinta minutos, já convidando os Deputados para uma reunião na sala anexa ao plenário, neste instante.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h, a sessão é reaberta às 17h18min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Declaro reaberta a sessão.

Convocação em plenário:

Com fulcro no art. 60, § 2º, e art. 61, do Regimento Interno, convoco as Sras. e Srs. Deputados para sessão extraordinária destinada à eleição dos cargos para Presidente e Vice-Presidente das Comissões Permanentes da 3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura da Câmara Legislativa, a ser realizada hoje, dia 22 de fevereiro, de 2017, com início imediato.

A Presidência vai suspender os trabalhos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 17h20min, a sessão é reaberta às 18h36min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Reabro a presente sessão ordinária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 18h36min.)